



**PROCESSO DE AJUSTE DIRETO**  
**31/2025**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

**ATUAÇÃO MUSICAL DO ARTISTA “FERNANDO DANIEL” – 16 JULHO -  
FESTIVAL DO FRANGO DO CAMPO 2025 – FESTAS DO CONCELHO DE  
OLIVEIRA DE FRADES**

**CADERNO DE ENCARGOS**



---

CÂMARA MUNICIPAL

## Índice:

### Parte I – Cláusulas jurídicas

#### Capítulo I

##### **Disposições gerais**

Cláusula 1.ª

##### **Objeto**

Cláusula 2.ª

##### **Preço base**

Cláusula 3ª

##### **Contrato**

Cláusula 4.ª

##### **Prazo**

#### Capítulo II

##### **Obrigações contratuais**

###### Secção I

##### **Obrigações do prestador de serviços**

Cláusula 5.ª

##### **Obrigações principais do prestador de serviços**

###### Secção II

##### **Obrigações do Município de Oliveira de Frades**

Cláusula 6.ª

##### **Preço contratual**

Cláusula 7.ª

##### **Condições de pagamento**

#### Capítulo III

##### **Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 8.ª

##### **Penalidades contratuais**

Cláusula 9.ª



---

CÂMARA MUNICIPAL

**Força maior**

Cláusula 10.ª

**Resolução por parte do contraente público**

Cláusula 11.ª

**Resolução por parte do prestador de serviços**

Capítulo IV

**Seguros**

Cláusula 12.ª

**Seguros**

Capítulo V

**Resolução de litígios**

Cláusula 13.ª

**Foro competente**

Capítulo VI

**Disposições finais**

Cláusula 14.ª

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

Cláusula 15.ª

**Comunicações e notificações**

Cláusula 16.ª

**Contagem dos prazos**

Cláusula 17.ª

**Proteção de dados**

Cláusula 18.ª

**Legislação aplicável**

**Parte II - Especificações técnicas**



## CÂMARA MUNICIPAL

### Parte I - Cláusulas jurídicas

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Cláusula 1.ª

##### Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas pelas quais se regulará o contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por ajuste direto, nos termos da subalínea i) da alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP - Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de: **“Atuação Musical do Artista “Fernando Daniel” – 16 de julho - Festival do Frango do Campo 2025 – Festas do Concelho de Oliveira de Frades”**, de acordo com as cláusulas descritas, neste Caderno de encargos.

##### Cláusula 2ª

##### Preço base

1. O preço base do contrato, i.e., o montante máximo que o Município de Oliveira de Frades se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto durante todo o seu período de vigência, não poderá exceder **25.000,00 €** (vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço base fixado para o presente procedimento concursal foi calculado tendo em conta a consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35º-A do CCP - Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, efetuada pelo Gabinete de Apoio à Presidência à sociedade **Universal Music Portugal, S.A.**, entidade esta responsável exclusiva pelo agenciamento para o território nacional do artista **“Fernando Daniel”**, para o dia **16 de julho de 2025**.



## CÂMARA MUNICIPAL

### Cláusula 3.ª

#### **Contrato**

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro e pelo Decreto-Lei 54/2023 de 14 de julho, adiante designado simplesmente por CCP – (Código dos Contratos Públicos), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal. *Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. Artigos 94º e 95º do CCP e ulteriores alterações).*

### Cláusula 4.ª

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



## CÂMARA MUNICIPAL

### Capítulo II

### Obrigações contratuais

#### Secção I

### Obrigações do prestador de serviços

#### Cláusula 5.ª

### Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação da apresentação do espetáculo musical com o artista "**Fernando Daniel**" e sua banda, no dia **16 de julho de 2025**, pelas 22:30 horas, no largo da Feira em Oliveira de Frades;
  - b) Obrigação de proceder ao cumprimento de uma duração mínima de 90 minutos de espetáculo efetivo;
  - c) Garantir que é o principal interlocutor entre os intervenientes no espetáculo e a Entidade Adjudicante, ficando a seu cargo todos os contactos e fornecimento de informações para a preparação do mesmo;
  - d) Garantir a presença das suas equipas técnicas, bem como de todos os materiais exigidos pelo espetáculo e da sua responsabilidade, obrigatoriamente a tempo da realização de um ensaio técnico corrido antes do espetáculo;
  - e) Assegurar o transporte do artista bem como da sua comitiva;
  - f) Garantir que o espetáculo não infringe quaisquer direitos de terceiros, nomeadamente direitos de autor, direitos conexos e direitos de representação;
  - g) Pagar todos os honorários devidos às suas equipas técnicas e artísticas;
  - h) Assegurar a boa execução técnica e artística do espetáculo, na ordem e com a qualidade artística necessária e pré-estabelecida, assegurando a participação de todos os elementos indispensáveis à sua realização;
  - i) Enviar os planos técnicos, as exigências de espaço, o equipamento, os recursos humanos e o número de convite requeridos, que fazem parte do rider técnico dos eventos;
  - j) Assegurar a montagem, execução e desmontagem do espetáculo, juntamente com



## CÂMARA MUNICIPAL

o pessoal da entidade adjudicante;

- k) Enviar, com a devida antecedência, os conteúdos de comunicação necessários para a promoção e divulgação dos eventos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço em causa, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do evento objeto do presente concurso, de acordo com o estabelecido na Parte II do presente Caderno de Encargos.
3. A transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Câmara Municipal de Oliveira de Frades, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, não sendo devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

### Secção II

#### Obrigações do Município de Oliveira de Frades

#### Cláusula 6.ª

##### Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Oliveira de Frades deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor para efeitos de concurso será no máximo de **25.000,00 euros** (vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos equipamentos objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e agenciamento dos artistas.



## CÂMARA MUNICIPAL

### Cláusula 7.ª

#### Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Oliveira de Frades, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas após a receção da respetiva fatura e de acordo com o combinado por ambas as partes.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Frades, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de qualquer um dos meios utilizados pelo Município.

### Capítulo III

#### Penalidades contratuais e resolução

### Cláusula 8.ª

#### Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Frades pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento da hora de início dos espetáculos/eventos, até 5% do preço contratual total;
  - b) Pelo incumprimento do tempo de duração mínimo dos espetáculos/eventos, até 15% do preço contratual total.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Oliveira de Frades pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 40 % do preço contratual total.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Oliveira de Frades tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Oliveira de Frades pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do





## CÂMARA MUNICIPAL

contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Oliveira de Frades exija uma indemnização pelo dano excedente.

### Cláusula 9.ª

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;



## CÂMARA MUNICIPAL

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### Cláusula 10.ª

#### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Oliveira de Frades pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

### Cláusula 11.ª

#### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) O montante que lhe seja devido não lhe seja pago até ao último dia do evento.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 13.ª.

## Capítulo IV

### **Seguros**

### Cláusula 12.ª

#### **Seguros**

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos assumidos pelos diversos intervenientes nas atividades prestadas pelo adjudicatário (artistas, colaboradores, etc.).



## CÂMARA MUNICIPAL

### Capítulo V

#### **Resolução de litígios**

##### Cláusula 13.ª

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

### Capítulo VI

#### **Disposições finais**

##### Cláusula 14.ª

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

##### Cláusula 15.ª

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas respetivamente no convite efetuado e na proposta apresentada em resposta ao mesmo.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

##### Cláusula 16.ª

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



---

**CÂMARA MUNICIPAL**

Cláusula 17.ª

**Proteção de dados**

1. O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente contrato;
2. As partes obrigam-se durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar todos e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato;
3. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou abrigo do presente contrato serão tratados na estrita observância e nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados;
4. O adjudicatário compromete-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenha tido conhecimento por força do presente contrato.

Cláusula 18.ª

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Paços do Município, 26 de março de 2025

O Presidente da Câmara Municipal,

(João Carlos Ferreira Valério – Dr.)

**(Documento assinado digitalmente através de assinatura eletrónica, mediante utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada)**



CÂMARA MUNICIPAL

## Parte II – Especificações técnicas

**NOTA PRÉVIA:** As eventuais referências a marcas, produtos ou equipamentos são apresentadas a título meramente indicativo de qualidade pretendida, devendo entender-se sempre associadas ao termo “tipo ou equivalente”.

### FESTAS DO CONCELHO - CONCERTO MUSICAL COM O ARTISTA “FERNANDO DANIEL” – 16 DE JULHO DE 2025

Sem prejuízo das obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, os serviços objeto do contrato devem possuir as características, especificações e os requisitos técnicos de acordo com o que se encontra definido no quadro seguinte:

ARTISTA		
DATA DA ATUAÇÃO	ARTISTA/BANDA	CONDIÇÕES
Quarta – 16 de julho de 2025	“Fernando Daniel”	A proposta deve incluir: Cachet, viagens e transporte.

**Local de atuação** – Feira - Oliveira de Frades